



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES-GUANHÃESPREV**  
**CNPJ: 05.518.895/0001-74**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 007/2025  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2025  
DISPENSA SEM DISPUTA

FUNDAMENTADA NO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Guanhões, na Rua Monsenhor Pinheiro, 101, centro, CEP: 39740-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.518.895/0001-74, por intermédio do Setor de Compras e Licitações, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 11/06/2025 – as 09:00 horas
REFERÊNCIA DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO GUANHAES PREV	HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF – Horário de Funcionamento do Guanhões Prev: 08:00 as 16:00 horas.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	<a href="https://licitar.digital/">https://licitar.digital/</a> Em caso de duvidas, telefone de contato para o Fornecedor: 31 3191-0707
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA SOLICITAÇÃO DE EDITAL / LINK DO EDITAL:	site da <a href="https://licitar.digital/">https://licitar.digital/</a> ou solicitação pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@guanhaesprev.mg.gov.br">licitacao@guanhaesprev.mg.gov.br</a>

**1.OBJETO:**

**1.1** Contratação de serviços de auditoria para renovação do Pró-Gestão - Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social e alteração da aderência da Certificação para o Nível II ou III, conforme especificações no Termo de Referência.

**2.JUSTIFICATIVA:**

**2.1** Considerando que a Certificação do Pro Gestão N.º CPG-027/2025 tem vigente é válida até 06 de julho de 2025, torna-se necessária a contratação de auditoria com o objetivo de renovar a Certificação Institucional do Instituto e avançar para o Nível II ou III de aderência.

Página 1 de 4

### **3.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**3.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Autarquia: 04.050.201.000009.000122.000904.02202.33.90.39-00- Outros Serv. De Terceiros PJ – Fonte 1802.

### **4.FUNDAMENTO LEGAL:**

**4.1** Dispensa de Licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2024.

### **5.PRAZO PARA RENOVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO**

**5.1** O prazo total para a renovação do Pró-Gestão - Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social e alteração da aderência da Certificação para o Nível II ou III, objeto da contratação será até **04 de julho de 2025** contados a partir da assinatura do contrato.

### **6. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**6.1** Poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, empresas que atenderem a todas as exigências deste edital.

Será vedada a participação de empresas na licitação, quando:

- a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados;
- b) Enquadradas nas disposições do art. 14º, da Lei Federal nº 14133/21;
- c) Impedidas de licitar ou contratar com a administração pública;
- d) Participe, seja a que título for, servidor público municipal de Guanhães/MG;

### **7.JULGAMENTO DAS PROPOSTAS -**

**7.1** O critério de julgamento das propostas é o de Menor preço por item.

### **8.HABILITAÇÃO**

#### **8.1 Habilitação Jurídica**

**8.1.1** Ato Constitutivo contrato ou estatuto social em vigor, comprovante da regular constituição da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de empresário individual, registro na Junta Comercial;

**8.1.2** Registro/autorização da CVM para atuação como Consultor de Valores Mobiliários.

**8.1.3** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

#### **8.2 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

**8.2.1** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Estadual;

**8.2.3** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.2.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



**8.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.2.6** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.2.7** Certidão ou Declaração que conste o tipo de tributação da empresa para fins de retenção de imposto de renda.

**8.3 Da Habilitação Econômico-Financeira**

**8.3.1** Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida até 60 dias.

**9. DAS OBRIGAÇÕES**

**10.1 À CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em Lei, cabe:**

**9.1** Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza contrato são obrigações da contratada.

a) Prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações do contrato.

b) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a Terceiros.

c) Manter por todo o período da execução, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

d) Manter com vistas a execução do contrato, a equipe técnica indicada.

e) aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias do valor atualizado do Contrato, de conformidade nos termos da Lei 14.133/21.

f) Arcar com o ônus das multas e penalidades decorrentes infrações contratuais.

g) Ser credenciada pela Comissão de Credenciamento e Avaliação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, considerando o disposto no inciso II do art. 6 da Portaria MPS nº 2 185, de 14 de maio de 2015, no inciso II do art. 2 da Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, e no inciso II do art. 10 e inciso VIII do art. 52 do Regimento Interno da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró Gestão RPPS, aprovado em 26 de fevereiro de 2018.

**9.2. A Contratante se obriga a:**

a) Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste contrato;

b) Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador;

c) Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos serviços;

d) Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais / Faturas emitidas e atestando os recebimentos da prestação de serviços pelo Setor Responsável;

e) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços e a execução do presente contrato;

f) Comunicar à contratada todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do presente contrato e exigir as devidas providências que demandem da Contratada.

**10. DAS SANÇÕES**

**10.1** Pelo descumprimento do pacto, a contratada sujeita-se às penalidades previstas na Lei 14.133/21.



**10.2** Pelo atraso injustificado na entrega ou pela entrega parcial dos produtos, após feita a autorização de fornecimento, sujeitará a fornecedora à multa de 1,00 % (um por cento) sobre o valor total da entrega, por dia de atraso.

**10.3** Pelo fornecimento de produtos inadequados sujeitar-se-á a fornecedora à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da aquisição.

**10.4** Pela inexecução parcial ou total do ajuste, responderá a Contratada pelas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.


**10.5** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** As normas que disciplinam este edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da Contratação.

**11.2** Caso o objeto entregue não atenda às especificações exigidas ou apresente defeitos, não será aceito, sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais;

Guanhães/MG, 06 de junho de 2025.



Rosimery Ap. Inácio de Pinho Procópio  
Diretora Executiva do Guanhanes-Prev

**GUANHÃES-PREV**